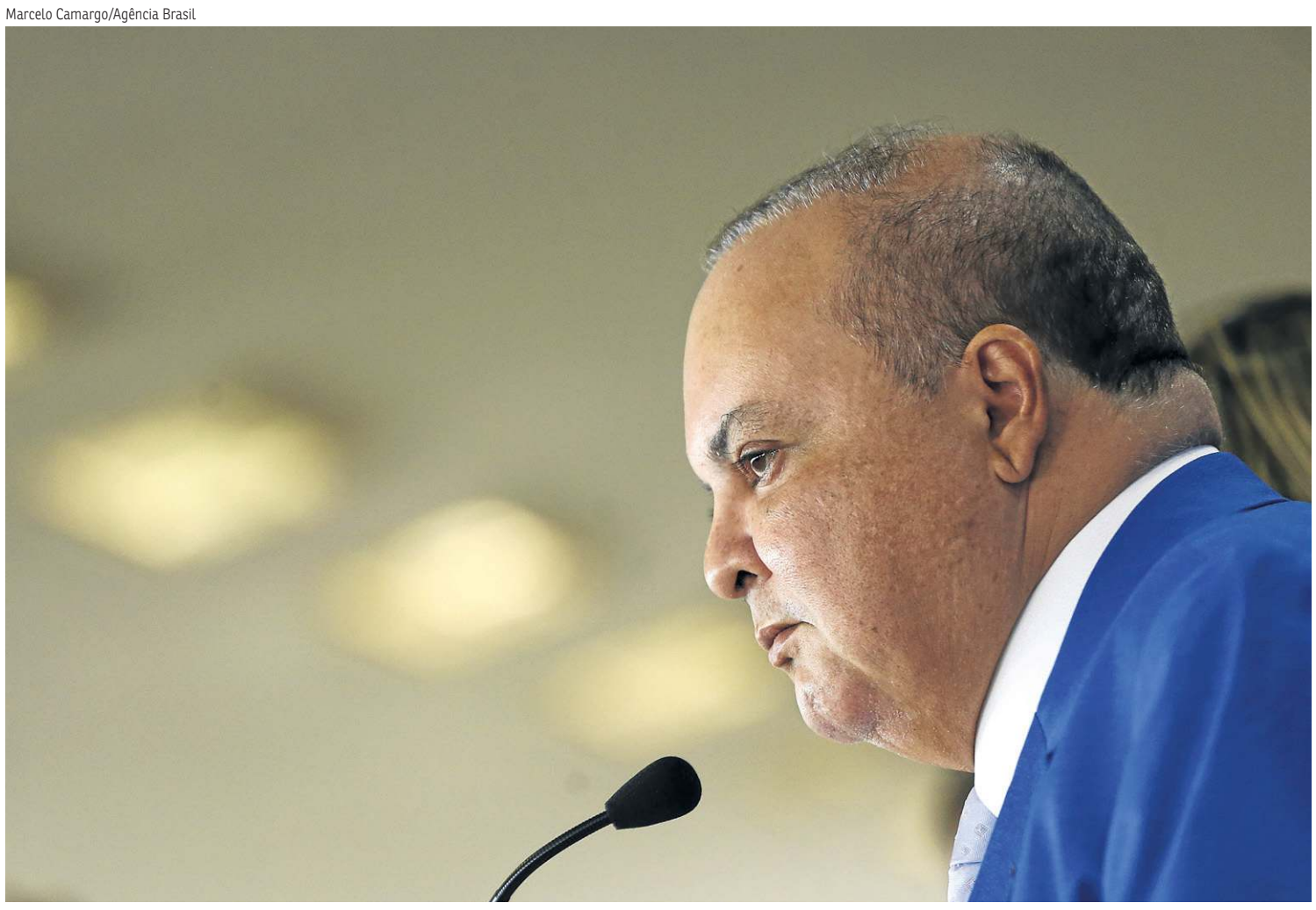
PODER

Ação contra o governador foi impetrada por PT, Rede, PDT, PCdoB e PV a fim de levantar se ele, de alguma forma, participou das negociações entre o BRB e o Master

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Medida impetrada pelos partidos adversários ao governador deve ser encaminhada à Procuradoria-Geral da República, que avaliará se abre investigação

Oposição no DF recorre ao STJ contra Ibaneis

» ANA MARIA CAMPOS
» MILA FERREIRA
» RAFAELA GONÇALVES

O Superior Tribunal de Justiça instaurou um procedimento para apurar a participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas tratativas envolvendo o Banco Regional de Brasília (BRB) e o Banco Master. A medida atende a Notícia de Fato protocolada, na semana passada, por cinco partidos de oposição no DF: PT, Rede, PDT, PCdoB e PV. O caso está sob a relatoria da ministra Isabel Gallotti, que atua na Corte Especial do STJ. O pedido deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) para avaliação sobre possível abertura de investigação relacionada a Ibaneis.

Se houver instauração de inquérito, o STJ deverá acompanhar as medidas, já que este é o foro competente para processar e julgar governadores. "(As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas", afirmou Ibaneis ao **Correio**.

Na petição, os partidos sustentam que, desde 2024, o BRB passou a manter relações comerciais com o Master, que, posteriormente, foi liquidado por decisão do Banco Central (BC), em novembro de 2025. Inicialmente, a relação comercial era com investimentos do Banco Regional de Brasília em fundos e carteiras administradas pela instituição financeira que era controlada por Daniel Vorcaro. Essas operações, segundo a petição, podem ter provocado um prejuízo ao BRB — que ainda está em apuração.

> **(As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas"**
>
> ***Governador Ibaneis Rocha***

Em seguida, o banco do Distrito Federal iniciou tratativas para a compra de 49% das ações ordinárias do Master. Segundo a representação da oposição, Ibaneis se envolveu diretamente no negócio ao defendê-lo publicamente e ao enviar à Câmara Legislativa (CLDF) projeto de lei que autorizava a medida, posteriormente vetada pelo BC.

Alerta do Jurídico

O BRB aprovou a compra de 58% do Master mesmo depois de alerta da própria diretoria jurídica sobre os riscos de liquidez do conglomerado de Vorcaro, emitido quatro dias antes da decisão do conselho e do anúncio da operação ao mercado. O parecer, assinado pelo diretor jurídico do Banco de Brasília, Jacques Veloso de Melo, e datado de 24 de março de 2025, destacava que os indicadores de liquidez eram cruciais e deveriam orientar a análise de risco da operação. Apesar da advertência, o banco optou por seguir com a transação, justificando a decisão como uma estratégia para fortalecer sua presença no setor financeiro.

No parecer, a diretoria jurídica concluiu que a operação de aquisição não apresentava ilegalidades, desde que suas recomendações fossem rigorosamente observadas. Na mesma semana, em 28 de março de 2025, o Conselho de Administração do BRB aprovou por unanimidade a compra do Master. As negociações, porém, vinham sendo conduzidas há quase três meses.

Em setembro, o BC rejeitou a conclusão da operação. Um dos principais motivos foi o risco de sucessão, já que o BRB teria que assumir total ou parcialmente as operações do Master — desconhecidas até então —, e o banco estatal poderia não dispor de patrimônio suficiente para cobrir esses riscos.

Na data da liquidação, em 18 de novembro, o Master tinha apenas R$ 22,9 milhões em depósitos junto ao BC, menos de 1% dos R$ 2,5 bilhões exigidos do conglomerado. Na mesma data, o banco contava com apenas R$ 4 milhões em caixa, enquanto enfrentava obrigações superiores a R$ 127 milhões com vencimento naquela semana.

Os números foram mostrados pelo diretor de Fiscalização do BC, Ailton Aquino, em depoimento à delegada federal Janaína Palazzo, em 30 de dezembro, no Supremo Tribunal Federal (STF) — que foi acompanhado do juiz auxiliar do gabinete do ministro Dias Toffoli, Carlos Vieira Von Adamek. A discrepância evidencia que a instituição não tinha recursos para cumprir seus compromissos e já se encontrava, na prática, insolvente.

À PF, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, afirmou que não havia evidências de que as operações com o Master tenham configurado fraude. Na mesma tomada de depoimentos em 30 de dezembro, ele destacou que o banco público identificou uma alteração nos procedimentos documentais e na forma de concessão dos créditos, sem indicar, no entanto, a inexistência dos ativos.

"A gente não tem clareza até hoje que isso foi uma fraude. O que a gente percebeu foi uma mudança de padrão documental e de originação do crédito", afirmou à delegada Janaína Palazzo.

O executivo, que estava à frente do BRB durante a negociação com o Master, foi questionado sobre por que a operação seguiu adiante, mesmo diante de processos em andamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relacionados ao banco de Vorcaro e da crise de reputação enfrentada pela instituição no mercado.

"Passamos a tomar conhecimento disso (dos problemas na CVM) lendo o inquérito. Nem todas aquelas informações são públicas", disse PHC. Ainda assim, parte dos dados sobre os processos na CVM é de acesso público e pode ser consultada diretamente no site da autarquia.

Condução coercitiva de Vorcaro

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), avalia recorrer à condução coercitiva caso o empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, não compareça ao depoimento marcado para 26 de fevereiro. Ele atendeu a um pedido da defesa do ex-banqueiro e adiou o depoimento, que estava marcado para hoje, para depois do Carnaval.

"A CPMI pode determinar trazê-lo sob condução coercitiva. Vai ficar muito pior se no dia 26 não acontecer o que nós acertamos com a defesa, que é mandar a polícia buscá-lo em casa, uma vez que nós já temos até a autorização do Supremo Tribunal Federal para que ele venha", disse.

Segundo Viana, "é hora de Vorcaro começar a falar. Fui muito firme com a defesa para que ele comece a falar para 254 mil aposentados que tinham os descontos pelo banco dele sem confirmação de origem. Ou seja, o INSS repassava o dinheiro ao Banco Master. Queremos entender do senhor Vorcaro de onde ele conseguiu essa carteira. Essa transferência para o INSS foi republicana ou teve favorecimento político? Nesse período, as pessoas que reclamavam que estavam sendo enganadas, de que maneira foram atendidas? Isso foi colocado para a defesa, que inclusive mostrou muita boa vontade em trazê-lo caso eu concordasse com o adiamento".

Sem desvio

Viana ressaltou ainda que o objetivo da CPMI do INSS com o depoimento é restrito aos esclarecimentos sobre os descontos considerados irregulares e que a comissão não pode avançar sobre outros aspectos da atuação do Master. "Adoraria investigar toda a relação do banco com o mercado financeiro, com as instituições ligadas ao governo. Mas eu não posso fazer isso. Meu limite constitucional da CPMI termina nos descontos irregulares. A nossa relação com Daniel Vorcaro e o Master são os 254 mil contratos que ele tinha em mãos", afirmou.

Na terça-feira, o presidente da CPMI do INSS esteve com o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar de questões relacionadas ao Master. Viana disse que o ministro assegurou que autorizará o deslocamento de Vorcaro a Brasília para prestar depoimento à comissão.

O senador afirmou que Toffoli se comprometeu a liberar o acesso às quebras de sigilo do banqueiro assim que a Polícia Federal concluir a consolidação dos dados — o que deve ser finalizado em março.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez

Não é fácil a vida de ex-presidente para Arthur Lira

O deputado Arthur Lira (PP-AL), considerado ainda o parlamentar mais poderoso da Câmara, atrás apenas de Hugo Motta (Republicanos-PB), o atual presidente da Casa, que ungiu ao cargo, começa a viver uma espécie de "inferno astral" semelhante ao de outros antecessores. Para quem já mandou e desmandou na distribuição de emendas parlamentares, é no mínimo constrangedor ser acareado pela Polícia Federal (PF) com o deputado José Rocha (União Brasil-BA), que o acusa de manipular emendas de comissão em benefício próprio.

A acareação pode virar uma enorme dor de cabeça para Lira, por causa da Operação Transparência, que teve como alvo a ex-assessora da Presidência da Câmara Mariangela Fialek, conhecida como Tuca. Na ocasião, agentes da PF cumpriram mandados de busca e apreensão no antigo gabinete da servidora e em sua residência, recolhendo celulares, computador e anotações. O material apreendido está em análise. Ela foi apontada por Rocha como a responsável operacional pela distribuição de emendas por ordem de Lira.

A vida depois do poder raramente é gentil com ex-presidentes da Câmara. A cadeira concentra prerrogativas decisivas — controle da pauta, mediação entre Executivo e Legislativo, distribuição de cargos e, sobretudo, influência sobre o Orçamento —, mas esse poder se transforma, rapidamente, em retrato na parede. É desse lugar ambíguo que Lira começa a experimentar seu próprio "Efeito Orloff", assim como já aconteceu com alguns de seus antecessores. Dois deles, cujos mandatos sobreviveram até agora, hoje estão na planície e não têm nenhum poder de influência nas decisões da Casa: Aécio Neves (PSDB-MG) e Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Outros passaram por situação muito pior, como os ex-deputados Severino Cavalcanti, que renunciou ao cargo por causa do escândalo do "Mensalinho", em 2005, e Eduardo Cunha, que também renunciou ao cargo, em janeiro de 2016, depois de dois meses de afastamento no bojo da Operação Lava-Jato. Mesmo assim, teve o mandato cassado, em 12 de setembro de 2016, pelo plenário da Câmara. Foram 450 votos a favor, 10 contrários e nove abstenções, em virtude de quebra de decoro parlamentar, considerando que o ex-deputado teria mentido à CPI da Petrobras ao negar, durante depoimento em março de 2015, ser titular de contas bancárias na Suíça.

Durante quatro anos, Lira foi o centro de gravidade da política parlamentar. Mandou e desmandou na engenharia das emendas, organizou maiorias, arbitrou conflitos e fez da Presidência da Câmara um contrapoder que rivalizou com o Planalto. Ao ungir Motta para sucedê-lo, tentou prolongar a influência além do mandato. Mas o tempo político tem dinâmica própria. Fora do comando da Casa, o poder se dissipa com rapidez surpreendente.

O constrangimento simbólico da Operação Transparência está na decisão que autoriza a PF a colocar Lira frente a frente com José Rocha, no âmbito da investigação sobre a destinação de emendas do antigo orçamento secreto, a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. Para quem sempre defendeu a centralidade do Parlamento na alocação de recursos, a acareação é uma inversão de papéis. A condição de investigado devolve o parlamentar à planície institucional.

O ciclo mudou

Dino recolocou o tema das emendas no centro do debate constitucional. Nesta semana, autorizou os deputados Dr. Flávio (PL-RJ) e Missionário José Olímpio (PL-SP), respectivamente, a redefinir a destinação de recursos apresentados por parlamentares afastados ou sem presença institucional, como os ex-deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem, respectivamente, ambos residindo nos Estados Unidos. Os dois perderam seus mandatos: o primeiro, por se ausentar da Casa; o segundo, por ter sido condenado no julgamento da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Mesmo assim, suas emendas ao Orçamento haviam sido aprovadas.

É nesse ambiente que o "inferno astral" de Lira ganha densidade política. A investigação aponta a ex-assessora como peça operacional do esquema de desvio de verbas provenientes de emendas do chamado "orçamento secreto" — proibido pelo STF e que era a engrenagem que permitia ao presidente da Câmara funcionar como distribuidor de poder territorial.

A história recente mostra mesmo que o destino dos ex-presidentes da Câmara costuma ser ingrato. A exceção foi Michel Temer, que presidiu a Câmara, foi vice-presidente e assumiu a Presidência com o impeachment de Dilma Rousseff. Lira ainda dispõe de capital político, articulação e mandato. Mas a acareação, as investigações e o novo ambiente institucional indicam que o ciclo mudou.

O "Efeito Orloff", uma expressão popular no Brasil — derivada de um comercial de vodca dos anos 1980 com o slogan "Eu sou você amanhã" —, já foi muito usada por economistas para descrever a tendência de o Brasil repetir, com certo atraso, crises econômicas ou políticas vivenciadas por outros países — tradicionalmente a Argentina —, sugerindo que "o que aconteceu com eles, acontecerá conosco".

A campanha publicitária da vodca Orloff mostrava um homem conversando com sua versão do futuro, bem-disposto por não ter tido ressaca.